

## DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

## Conjugar sinergias para melhores resultados

**n** EVELINA MUCHANGA

**O RESPEITO pelos direitos sexuais e reprodutivos, assim como a igualdade e equidade de género em África, passa, necessariamente, pelo envolvimento de todos, em particular os governos, organizações da sociedade civil e profissionais de comunicação social.**



Potenciar a mulher para que tenha filhos quando estiver preparada

A tese foi defendida por Lucien Kouakou, director regional da Federação Internacional para o Planeamento Familiar (IPPF), falando há dias em Nairobi, Quênia, num workshop que reuniu representantes de diferentes

organizações da sociedade civil e profissionais de comunicação social de diversos países africanos.

Kouakou explicou que a maior parte dos países do continente ainda enfrenta vários desafios para prover informação e serviços de planeamento familiar a todas

as mulheres, homens, jovens e adolescentes, devido a vários factores, entre os quais os conflitos, pobreza, crenças religiosas e tradicionais.

"A maior parte da população africana é pobre, marginalizada e pouco favorecida em termos de

serviços. Para reduzir ou minimizar o problema, a IPPF quer que todos sejam líderes para conduzir as mudanças", referiu Lucien Kouakou.

Para haver transformações, a fonte entende que os governos devem priorizar a educação da

mulher pois, como disse, ela é uma das peças-chave para o desenvolvimento do continente.

"Para nós, a prioridade deve ser dada à mulher, garantindo-a acesso aos serviços contraceptivos, planeamento familiar para que ela possa ter a capacidade de decidir por si

própria. Quando educamos uma mulher, educamos uma nação, porque esta vai educar os seus filhos, os seus netos, mas se não tiver a informação será um problema. É por isso que eu digo, vamos nos focar no planeamento familiar, educação da mulher e dar ela a possibilidade de gozar os seus direitos sexuais e reprodutivos", observou a fonte.

Na ocasião, Lucien Kouakou desafiou os profissionais de comunicação a serem também agentes

promotores de mudanças em África, tomando-se "activistas" dos direitos sexuais e reprodutivos nos respectivos países.

Referiu que os jornalistas jogam um papel importante na disseminação de informação acertada à população mais necessitada como, por exemplo, os riscos que se corre ao manter-se relações sexuais desprotegidas, que podem culminar numa gravidez indesejada.

"Através de profissionais de

comunicação social, pode-se fazer a clarificação de valores e transformação de atitudes, porque não falamos todos a mesma língua, existe a oposição. Nós conhecemos quais são as vantagens e benefícios do planeamento familiar e os outros não. Com estas acções, podemos promover um melhor envolvimento da mulher no exercício dos seus direitos, em que ela decide por si e não os outros por ela", finalizou Lucien Kouakou.

## Lei sobre aborto prejudica adolescentes e jovens no Quênia

LORNAH Andisi é uma jovem mulher "bloguista" queniana que escreve para o online. Há três anos ela faz este trabalho de forma independente. Primeiro, começou por escrever sobre os casamentos prematuros e, actualmente, está focada em áreas ligadas à saúde sexual e reprodutiva, especialmente a violência baseada no género.

Para ela, o Governo do Quênia está comprometido em estancar a violência baseada no género, o que se revela na aprovação de leis e programas que são respeitados pelos ministérios como o da Educação e Saúde, e pela sociedade civil e organizações não governamentais que estão cometidas na luta contra a violência baseada no género e a promoção da saúde sexual e reprodutiva.

Todavia, entende que em relação ao aborto, pouco se faz, porque a Lei do Quênia permite a interrupção da gravidez apenas em situações de risco de saúde da mulher ou da criança.

Para Lornah Andisi esta situação afecta "bastante" os adolescentes e jovens. Disse que tem



Lornah Andisi quer que se ensine os jovens e adolescentes sobre os benefícios da contracepção

comprometida com a causa, ver a prática, mas sim educar o adolescente e jovem para que

## Atitudes negativas ao contraceptivo: o problema do Uganda

# Atitudes negativas ao contraceptivo: o problema do Uganda

DURANTE o evento, os profissionais de comunicação social falaram da realidade e dos desafios que os seus países enfrentam para garantir o respeito dos direitos sexuais e reprodutivos para a toda a população.

As histórias relatadas mostram que quase todos os países, sobretudo os considerados mais pobres, enfrentam problemas similares quando o assunto é o planeamento familiar. Os casamentos prematuros, as gravidezes precoces e o nascimento de filhos não planejados constituem um denominador comum em todos, apesar de especificidades de cada país.

Simon Richard Mugenyi, gestor de advocacia e comunicação da organização Reproductive Health (RHU) do Uganda, fez saber que o Governo do seu país tem mostrado o seu comprometimento na provisão de contraceptivos. Contudo, en-



"Há problemas no acesso a serviços específicos para adolescente e jovem", Simon Richard Mugenyi do Uganda

tende que esta acção, por si só, não é suficiente pois, em muitas unidades sanitárias, há situações de ruptura de contraceptivos.

"Há problemas no acesso a serviços específicos ao adolescente e jovem. Muitos líderes governamentais, comunitários e religiosos têm atitudes negativas em relação ao acesso a serviços de contracepção para adolescentes e jovens, o que faz com que o Uganda tenha um número elevado de raparigas grávidas, cerca de 25 por cento. Isto é um grande desafio, pois as necessidades não são satisfeitas (28 por cento), baixo uso de métodos contraceptivos (39 por cento), o acesso a serviços de HIV para adolescentes e jovens é um problema por causa do estigma e discriminação às jovens que vivem com HIV no Uganda. Todo o envolvimento é necessário", observou.

Para sustentar a sua posição,

Simon contou a história de uma jovem que aos 20 anos já tinha tido seis gravidezes das quais dois abortos e quatro crianças. Como consequência abandonou quase que definitivamente a escola.

"Aos 24 anos teve outra gravidez. Ela não sabia da existência de métodos contraceptivos. Ela tem dificuldades de voltar à escola e como criança nunca teve o cuidado necessário sobre as consultas pré-natais. Hoje, com o conhecimento dos métodos contraceptivos, a vida dela mudou. Esta é a situação do Uganda, país onde muitas raparigas abandonam a escola por causa da gravidez, na sua maioria com 15, 16 anos", referiu a fonte.

Segundo Simon, o workshop do Quênia ajudou-o a perceber como é que os outros países lidam com este problema, recorrendo ao uso de plataformas online.

cação e saúde, e pela sociedade civil e organizações não governamentais que estão cometidas na luta contra a violência baseada no género e a promoção da saúde sexual e reprodutiva.

Todavia, entende que em relação ao aborto, pouco se faz, porque a Lei do Quênia permite a interrupção da gravidez apenas em situações de risco de saúde da mulher ou da criança.

Para Lornah Andisi esta situação afecta "bastante" os adolescentes e jovens. Disse que tem histórias de pessoas desta faixa etária que engravidaram e ficam sem saber se casam ou procuram vias de fazer aborto.

"Se a sociedade civil estiver



Lornah Andisi quer que se ensine os jovens e adolescentes sobre os benefícios da contracepção

comprometida com a causa, pode-se prover contraceptivos, educação sexual e reprodutiva para jovens e, em caso de surgir uma gravidez indesejada, estas teriam o acesso a aborto seguro, não porque se pretende promo-

ver a prática, mas sim educar o adolescente e jovem para que conheçam os benefícios da contracepção. Isto permitiria que elas continuassem a estudar e a melhorar a sua vida", sugeriu Lornah Andisi.

## O desafio é a falta de informação

ENQUANTO decorria a reunião dos profissionais de comunicação social e representantes de organizações da sociedade civil, jovens de diferentes países de África juntavam-se também no Quênia e no mesmo período (19 a 24 de Fevereiro).

Estes debateram diferentes temas, partilharam experiências para juntos encontrarem soluções para fazer chegar a informação sobre os direitos sexuais e reprodutivos a mais adolescentes e jovens dentro e fora da escola.

É neste evento que encontramos Maria António Manjate, 20 anos. Ela é moçambicana e se encontrava em Nairobi a representar a Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Família (AMODEFA).

Para Maria Manjate, o grande desafio para os jovens moçambicanos é a falta de informação sobre a sexualidade, sobretudo nas zonas rurais, onde reside a maioria da população. "Não adianta olhar para a situação da cidade e achar que é o espelho de todo o país. Nós temos casos de distritos, onde a informação sobre saúde sexual e reprodutiva, direitos da rapariga e do rapaz não corresponde àquilo que é desejado por nós. Por isso, temos altos índices de casamentos prematuros e gravidezes precoces. A rapariga ainda não tem essa capacidade de ser ela a decidir sobre ela. Precisamos de trabalhar muito para se chegar a esse estágio", disse.

Maria Manjate admite que Moçambique tem muitos aspectos positivos, a exemplo do programa sobre a saúde escolar. Contudo, entende que ainda falta muito.



Maria Manjate queixa-se da falta de informação sobre direitos sexuais e reprodutivos nas zonas rurais

"Não basta ter a saúde escolar, educação sexual e reprodutiva fora da escola. É preciso que estas temáticas façam parte do nosso currículo escolar. É preciso que esta informação chegue aos distritos onde nós não temos a oportunidade de chegar", disse. Para a jovem, Moçambique pode buscar a experiência do Quênia que desenvolveu um aplicativo que ajuda na monitoria das acções feitas. Através desta ferramenta, pode-se saber quantos jovens

realmente recebem a informação, as suas idades e localização.

"Tive experiências boas de outros países que acredito que dá para replicarmos no nosso país. Nós já temos vindo a inovar na AMODEFA, procurando aproximarmo-nos dos jovens, através das redes sociais e partilhar a informação. Nós podemos pegar a idela do Quênia para encontrar mais jovens, produzir provas e evidência do trabalho que fazemos".

## Curiosidade sobre sexo compromete em Cabo Verde

"SÃO vários os desafios que os jovens enfrentam na área de saúde sexual e reprodutiva em Cabo Verde. Não se consegue fazer chegar a informação a todos. O desafio é tentar levar a maior e com melhor qualidade a informação para esses jovens", foi o que Evandro Sá Nogueira, da Associação Verdiana para a Protecção da Família (VERDEFAM), disse quando solicitado pelo "Notícias" a falar da situação do seu país em relação à saúde sexual e reprodutiva.

Outro problema, avança a fonte, é a gravidez precoce que ainda é alta no seio da camada jovem, principalmente a que frequenta a escola.

"Muitos enumeram, como motivo da gravidez, a curiosidade para o início da relação sexual, outras são parte de relações com maiores de idade. São várias as causas", contou.

Para o Evandro, encontros entre representantes de diferentes lideranças juvenis são sempre uma mais-valia para os membros da Federação Internacional para o Planeamento Familiar, tendo em conta que servem para a partilha de ideias e experiências que ajudam a cada organização a melhor contribuir para que os jovens tomem decisões acertadas sobre a sexualidade.

"O que mais me marcou é a especificidade de cada país, de cada organização e o modo de como cada um lida com os mesmos problemas porque, por exemplo, em Cabo Verde há gravidezes precoces, o mesmo acontecendo no Uganda, Gana. Entretanto, a particularidade com que cada um lida com estes problemas é que torna mais interessante este programa", observou Evandro.



Gravidez precoce ainda é alta em Cabo Verde, denuncia Evandro Sá Nogueira